



Instituição da Indenização pelo plantão extraordinário do pessoal médico, paramédico e demais profissionais da saúde.

- Lei N° 1.448, de 03/04/2004 (DOE 1.654).
- Alterada pela Medida Provisória N° 14, de 5/06/2020 (5.617).
- Convertida na Lei N° 3.703, de 7/07/2020 (DOE 5.640).

Decretos regulamentadores:

- Decreto N° 5.602, DE 13/03/2017 - Regulamenta a Lei Estadual 1.448, de 3 de abril 2004, que institui indenização pelo plantão extraordinário do pessoal médico, paramédico e demais profissionais da saúde, e adota outras providências (DOE 4.827).
- Decreto N° 5.641, DE 23/05/2017. Altera o Decreto 5.602, de 13 de março de 2017, que regulamenta a Lei Estadual 1.448, de 3 de abril 2004 (DOE 4.905).

LEI Nº 1.448, DE 03 DE ABRIL DE 2004.

Publicado no Diário Oficial nº 1.654

**Regulamentada pelo Decreto nº 5.602, de 13/3/2017-D.O 4.827.*

***Institui indenização pelo plantão extraordinário do pessoal médico, paramédico e demais profissionais da saúde.**

**Ementa com redação dada pela Lei nº 2.216, de 11/11/2009.*

~~Institui indenização pelo plantão extraordinário do pessoal médico e paramédico.~~

O Governador do Estado do Tocantins

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

***Art. 1º.** É instituída indenização mensal pelo plantão extraordinário do pessoal médico, paramédico e demais profissionais da saúde, que laboram na assistência direta à saúde, lotados nas unidades hospitalares da Secretaria da Saúde, na conformidade do Anexo Único a esta Lei.

**Art. 1º com redação determinada pela Lei nº 2.216, de 11/11/2009.*

~~Art. 1º É instituída indenização mensal pelo plantão extraordinário do pessoal médico e paramédico lotado nos Hospitais de Referência do Estado, na conformidade do Anexo Único a esta Lei.~~

~~Parágrafo único. A indenização de que trata este artigo, desprovida de caráter salarial:~~

~~I — não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim;~~

~~II — é efetivada mediante custeio, diretamente ao beneficiário, na conformidade de ato do Secretário da Saúde;~~

~~III — limita-se a seis plantões mensais;~~

~~IV — não obsta ao recebimento da Função Especial Comissionada — FEC.~~
(Revogado pela Lei nº 1.617, de 21/10/2005).

***Art. 1ºA.** O Secretário de Estado de Saúde disciplina os critérios a serem observados quanto à necessidade de plantão extraordinário nas unidades hospitalares, respeitadas as disposições contidas no regulamento desta Lei. (NR)

**Art. 1º A com redação determinada pela Lei nº 2.216, de 11/11/2009.*

~~*Art. 1º A O Secretário de Estado da Saúde, por meio de Portaria, disciplina os critérios a serem observados quanto à necessidade de plantão extraordinário nas unidades hospitalares. (NR)~~

**Art. 1-A com redação determinada pela Lei nº 1.771, de 16/03/2007.*

~~*Art. 1º A. O Diretor Geral e o Diretor Técnico ou Coordenador Técnico ou Supervisor Técnico da unidade hospitalar justificam a necessidade do plantão extraordinário e atestam sua realização.~~

~~*Art. 1-A acrescentado pela Lei nº 1.617, de 21/10/2005.~~

*Art. 1ºB. A Casa Civil, a Secretaria da Saúde e a Secretaria da Administração são autorizadas a propor as medidas necessárias à fiel execução desta Lei, que serão regulamentadas por decreto do Chefe do Poder Executivo. (NR)

~~*Art. 1º B acrescentado pela Lei nº 2.216, de 11/11/2009.~~

Art. 2º É o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial necessário ao cumprimento desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2004.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 3 dias do mês de abril de 2004; 183º da Independência; 116º da República e 16º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

***ANEXO I À LEI Nº 1.448, DE 3 DE ABRIL DE 2004.**

PROFISSIONAIS	PLANTÃO EXTRA DE 6H (R\$)	PLANTÃO EXTRA DE 12H (R\$)	PLANTÃO EXTRA DE 24H (R\$)
Agente de Enfermagem Auxiliar	59,40	118,80	237,60
Agente de Enfermagem Superior	145,44	290,88	581,76
Agente de Medicina Superior	324,00	648,00	1.296,00
Agente de Odontologia Superior	291,00	582,00	1.164,00
Assistente de Serviços de Saúde	51,36	102,72	205,44
Assistente Social	145,44	290,88	581,76
Auxiliar de Enfermagem	59,40	118,80	237,60
Auxiliar de Serviços de Saúde	34,08	68,16	136,32
Biólogo em Saúde	145,44	290,88	581,76
Biomédico	145,44	290,88	581,76
Cirurgião-Dentista	291,00	582,00	1.164,00
Enfermeiro	145,44	290,88	581,76
Farmacêutico	145,44	290,88	581,76
Farmacêutico-Bioquímico	145,44	290,88	581,76
Fisioterapeuta	194,04	388,08	776,16
Físico	298,08	596,16	1.192,32
Fonoaudiólogo	145,44	290,88	581,76
Nutricionista	145,44	290,88	581,76
Psicólogo	145,44	290,88	581,76
Técnico em Enfermagem	59,40	118,80	237,60
Técnico em Radiologia	83,75	167,50	335,00
Terapeuta Ocupacional	194,04	388,08	776,16

**Anexo Único transformado em Anexo I pela Lei nº 2.716, de 16/05/2013*

***ANEXO II À LEI Nº 1.448, DE 3 DE ABRIL DE 2004.**

PROFISSIONAIS	PLANTÃO EXTRA DE 6H (R\$)	PLANTÃO EXTRA DE 12H (R\$)	PLANTÃO EXTRA DE 24H (R\$)
Médico em Unidade de Terapia Intensiva (Pediátrica, Neonatal e Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal)	600,00	1.200,00	2.400,00
Médico em Pronto-socorro da Pediatria	550,00	1.100,00	2.200,00
Médico presencial	500,00	1.000,00	2.000,00
Médico de sobreaviso	324,00	648,00	1.296,00

**Anexo II acrescentado pela Lei nº 2.716, de 16/05/2013*

~~*ANEXO ÚNICO À LEI Nº 1.448, DE 03 DE ABRIL DE 2004.~~

		VALOR EM REAIS POR PLANTÃO EXTRA DE:	
CARGO	CARGA HORÁRIA	24 HORAS	12 HORAS
Médico (efetivo)	40	600,00	300,00
Médico (efetivo)	24	600,00	300,00
Agente de Medicina Superior, Nível III	40	600,00	300,00
Agente de Medicina Superior, Nível II	24	600,00	300,00
Agente de Medicina Superior, Nível I	24	600,00	300,00
Enfermeiro (efetivo)	40	-	183,00
Agente de Enfermagem Superior, Nível III	40	-	183,00
Agente de Enfermagem Superior, Nível II	40	-	183,00
Agente de Enfermagem Superior, Nível I	40	-	183,00
Técnico em Radiologia	40	-	167,50
Técnico em Enfermagem	40	-	63,46
Auxiliar de Enfermagem	40	-	45,15
Agente de Enfermagem Auxiliar	40	-	41,90

**Anexo Único com redação determinada pela Lei nº 2.216, de 11/11/2009.*

**Anexo Único com redação determinada pela Lei nº 1.771, de 16/03/2007.*

**Anexo Único com redação determinada pela Lei nº 1.617, de 21/10/2005.*



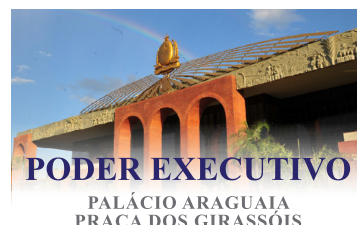
Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXXII - ESTADO DO TOCANTINS, SEXTA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2020

Nº 5617



ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 14, DE 5 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a indenização pelo plantão extraordinário de que trata a Lei 1.448, de 3 de abril de 2004.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 27, §3º, da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória com força de lei:

Art. 1º Enquanto perdurar o estado de calamidade pública decretado no Tocantins, em razão da pandemia de Coronavírus (COVID-19), o disposto na Lei Estadual 1.448, de 3 de abril de 2004, deve se aplicar aos seguintes profissionais de saúde que laboram nas Unidades da Hemorrede do Tocantins, do Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN e da Diretoria de Regulação de Leitos, ao que farão jus à percepção de verba indenizatória pelo desempenho de plantão extraordinário consoante as regras, os critérios e pré-requisitos ali estabelecidos, observado o respectivo regulamento vigente e os atos subsequentes, baixados pelo Secretário de Estado da Saúde:

- I - Auxiliar de Enfermagem;
- II - Biólogo em Saúde;
- III - Biomédico;
- IV - Farmacêutico;
- V - Farmacêutico-Bioquímico;
- VI - Médico;
- VII - Técnico em Enfermagem;
- VIII - Técnico em Laboratório.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 5 dias do mês de junho de 2020, 198º da Independência, 131º da República e 31º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

SUMÁRIO

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	1
SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA	2
CASA CIVIL	3
POLÍCIA MILITAR	4
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	4
SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA	10
SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO	14
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	14
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO	23
SECRETARIA DA SAÚDE	32
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	39
ADAPEC	43
FOMENTO	43
AGETO	62
ATR	62
TERRATINS	63
IGEPREV	64
JUCETINS	69
DEFENSORIA PÚBLICA	69
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	70
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	77

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 15, DE 5 DE JUNHO DE 2020.

Institui a Indenização Extraordinária de Combate à COVID-19, e adota outras disposições.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 27, §3º, da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória com força de lei:

Art. 1º É instituída a Indenização Extraordinária de Combate à COVID-19, de caráter temporário, atribuível, durante o estado de calamidade pública decretado no Tocantins, aos servidores públicos que, vinculados a unidades hospitalares da Secretaria de Estado da Saúde, tenham exercício de atividades exclusivamente nas alas de tratamento da doença, nos termos do Anexo Único a esta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os servidores públicos que, abrangidos por esta Medida Provisória, eventualmente forem acometidos pelo Coronavírus continuarão a fazer jus ao recebimento da indenização de que trata o caput deste artigo enquanto durar o afastamento das atividades laborais para tratamento da doença, conforme protocolos vigentes.

Art. 2º A Indenização de que trata esta Medida Provisória não se incorpora, em qualquer hipótese, à remuneração ou base de cálculo para pagamento de benefício previdenciário ou qualquer outra vantagem, não incidindo sobre o 13º salário e férias.

Art. 3º Incumbe ao Secretário de Estado da Saúde baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto nesta Medida Provisória.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 5 dias do mês de junho de 2020, 198º da Independência, 131º da República e 31º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

ANEXO ÚNICO À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 15, de 5 de junho de 2020.

CARGO	GRATIFICAÇÃO
MÉDICO LEITO COVID-19	R\$ 4.800,00
DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS APOIO CLÍNICO LEITO COVID-19	R\$ 1.200,00
DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS APOIO LOGÍSTICO LEITO COVID-19	R\$ 800,00

ATO Nº 557 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

DESIGNAR

a servidora RENILDE PEREIRA BARBOSA, matrícula 414508-3, para o exercício da Função Comissionada Especial de Supervisor da Agência de Atendimento - FC-FAZENDA-1, da Secretaria da Fazenda e Planejamento, a partir de 5 de maio de 2020.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 5 dias do mês de junho de 2020; 199º da Independência, 132º da República e 32º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil



Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXXII - ESTADO DO TOCANTINS, SEXTA-FEIRA, 10 DE JULHO DE 2020

Nº 5640



ATOS DO PODER LEGISLATIVO

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 39, DE 7 DE JULHO DE 2020.

Altera o §1º do art. 24 da Constituição do Estado do Tocantins.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins aprovou e a Mesa Diretora, nos termos do art. 26 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Fica alterado o §1º do artigo 24 da Constituição do Estado do Tocantins, que passa a figurar com a seguinte redação:

“Art. 24...

(...)

§1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a 60 (sessenta) dias”.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Deputado João D’Abreu, em Palmas, aos 7 dias do mês de julho de 2020, 198º da Independência, 131º da República e 31º do Estado.

Deputado ANTÔNIO ANDRADE
Presidente

Deputado EDUARDO DO DERTINS
1º Vice-Presidente

Deputado NILTON FRANCO
2º Vice-Presidente

Deputado JORGE FREDERICO
1º Secretário

Deputado CLEITON CARDOSO
2º Secretário

Deputada VANDA MONTEIRO
3ª Secretária

Deputada AMÁLIA SANTANA
4ª Secretária

SUMÁRIO

ATOS DO PODER LEGISLATIVO	1
ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	1
CASA CIVIL	3
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	4
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	4
SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA	12
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	12
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	13
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	17
SECRETARIA DA SAÚDE	19
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	19
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	24
ADAPEC	25
ADETUC	27
DETRAN	28
FAPT	31
UNITINS	31
DEFENSORIA PÚBLICA	32
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	34
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	38

LEI Nº 3.703, DE 7 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre a indenização pelo plantão extraordinário de que trata a Lei 1.448, de 3 de abril de 2004.

Faço saber que o Governador do Estado do Tocantins adotou a Medida Provisória nº 14, de 5 de junho de 2020, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins aprovou e eu, Antônio Andrade, Presidente desta Casa de Leis, consoante o disposto no §3º, do art. 27 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Enquanto perdurar o estado de calamidade pública decretado no Tocantins, em razão da pandemia de Coronavírus (COVID-19), o disposto na Lei Estadual 1.448, de 3 de abril de 2004, deve se aplicar aos seguintes profissionais de saúde que laboram nas Unidades da Hemorrede do Tocantins, do Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN e da Diretoria de Regulação de Leitos, ao que farão jus à percepção de verba indenizatória pelo desempenho de plantão extraordinário consoante as regras, os critérios e pré-requisitos ali estabelecidos, observado o respectivo regulamento vigente e os atos subsequentes, baixados pelo Secretário de Estado da Saúde:

I - Auxiliar de Enfermagem;

II - Biólogo em Saúde;

III - Biomédico;

IV - Farmacêutico;

V - Farmacêutico-Bioquímico;

VI - Médico;

VII - Técnico em Enfermagem;

VIII - Técnico em Laboratório.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Deputado João D’Abreu, em Palmas, aos 7 dias do mês julho de 2020; 199º da Independência, 132º da República e 32º do Estado.

Deputado ANTÔNIO ANDRADE
Presidente

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

ATO Nº 683 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

DESIGNAR

o servidor GEREMIAS TEIXEIRA DOS SANTOS OLIVEIRA, matrícula 928577-2, para o exercício da Função Comissionada de Subcomandante do Batalhão da Polícia Militar Ambiental - BPMA - (do CPE) - FCPM-6, da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, a partir de 1º de julho de 2020.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 8 dias do mês de julho de 2020; 199º da Independência, 132º da República e 32º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil



Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXIX - ESTADO DO TOCANTINS, QUINTA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2017

Nº 4.827



ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 3.194, DE 16 DE MARÇO DE 2017.

Acrescenta o parágrafo único ao art. 2º da Lei 1.441, de 11 de março de 2004, que institui indenização de instrutoria, e adota outra providência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS:

Faço saber que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei 1.441, de 11 de março de 2004, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 2º

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo a Secretaria da Saúde, incumbindo ao respectivo dirigente baixar os atos necessários ao exercício da instrutoria no âmbito do próprio órgão, fixando os critérios de seleção de instrutores e o valor da indenização, atendida, igualmente, a disponibilidade orçamentário-financeira do Estado.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º É revogada a Lei 1.587, de 24 de junho de 2005.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 16 dias do mês de março de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Télio Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil

SUMÁRIO

ATOS DO PODER LEGISLATIVO	1
ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	1
CASA CIVIL	3
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	5
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	5
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	9
SECRETARIA DA FAZENDA	14
SECRETARIA DA SAÚDE	16
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A	17
AGETO	18
NATURATINS	18
RURALTINS	29
ITERTINS	29
UNITINS	30
DEFENSORIA PÚBLICA	30
TRIBUNAL DE CONTAS	31
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	32
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	36

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 5.602, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Regulamenta a Lei Estadual 1.448, de 3 de abril 2004, que institui indenização pelo plantão extraordinário do pessoal médico, paramédico e demais profissionais da saúde, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado, e

CONSIDERANDO que a realização de hora extraordinária deve ocorrer em situação excepcional e temporal ou emergencial devidamente justificada;

CONSIDERANDO que cada órgão da Administração Pública Estadual deve planejar o trabalho de sua unidade, contando com a carga horária ordinária de sua equipe;

CONSIDERANDO a necessidade de se suprir eventual escassez de profissional para a cobertura em posto de trabalho da rede de assistência hospitalar do Estado;

CONSIDERANDO que é imprescindível definir os critérios que habilitem o pagamento dos plantões extraordinários,

DECRETA:

Art. 1º É regulamentada a concessão de indenização mensal pelo plantão extraordinário do pessoal médico, paramédico e dos demais profissionais da saúde que laboram na assistência direta à saúde, lotados nas unidades hospitalares da Secretaria da Saúde.

Parágrafo único. O número de horas e valor da indenização pelo plantão extraordinário, caso a caso, é aquele estabelecido nos Anexos I e II da Lei Estadual 1.448, de 3 de abril 2004.

Art. 2º A indenização de que trata este Decreto é devida ao servidor em efetivo exercício de atividade hospitalar, desempenhada em regime de plantão, para suprir demanda excepcional, temporal e emergencial, com a finalidade de atender ao interesse público.

Parágrafo único. O pedido de indenização pelo plantão extraordinário, devidamente justificado, é formalizado por expressa determinação da autoridade competente.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - plantão extraordinário presencial - aquele executado integralmente de forma presencial, em que o profissional esteja no exercício das atividades hospitalares, além da jornada de trabalho do seu cargo;

II - plantão extraordinário de sobreaviso - aquele em que o profissional esteja, além da jornada de trabalho do seu cargo, fora da unidade hospitalar e disponível ao pronto atendimento, de acordo com a escala atribuída.

Parágrafo único. O profissional escalado para cumprir plantão extraordinário em regime de sobreaviso é somente o profissional médico especialista, que, quando requisitado, deve apresentar-se à unidade hospitalar no prazo de trinta minutos.

Art. 4º É permitida a composição de carga horária mensal para o plantão extraordinário, nas hipóteses em que:

I - não ultrapassar o número de plantões relativos à carga horária ordinária contratada;

II - a jornada total não exceda 360 horas/mês para profissionais da saúde com mais de 180 horas contratadas ou mais de um vínculo de trabalho.

§1º Aos plantões extraordinários dos profissionais com especialidades médicas cuja totalidade da carga horária da respectiva equipe seja comprovadamente incapaz de atender à demanda dos serviços correspondentes, não se aplica o disposto nos incisos I e II deste artigo, ficando limitados, por sua vez, à jornada de 480 horas/mês.

§2º A incapacidade de que trata o §1º deste artigo é comprovada por meio de parecer do médico responsável pela equipe ou pelo Diretor da unidade hospitalar.

Art. 5º A indenização de que trata este Decreto:

I - é uma retribuição "*propter laborem*", constituindo-se numa vantagem transitória e contingente;

II - não cabe:

a) como contraprestação por:

1. chefia de clínica, direção ou responsabilidade técnica de equipe;

2. serviço administrativo, auditoria de prontuário, exame de apoio diagnóstico;

3. participação em comissão ou comitê hospitalar;

4. procedimento médico cirúrgico complexo ou especial;

5. outras hipóteses não previstas neste Decreto, independentemente da denominação que lhe for atribuída;

b) ao servidor:

1. afastado ou licenciado;

2. cedido para outro órgão ou entidade;

3. em gozo de férias;

4. fora do efetivo exercício do seu cargo;

5. cujo efetivo exercício seja incompatível com o rol previsto na Lei Estadual 1.448/2004, ainda que possua formação profissional coincidente com aquelas elencadas no referido diploma legal;

6. ocupante de cargo ou função comissionada, salvo para cumprir o plantão extraordinário em finais de semana, que se dará, impreterivelmente, em período compreendido entre às 18 horas da sexta-feira e 23 horas 59 minutos do domingo, observado o disposto nos arts. 2º e 4º deste Decreto;

7. Técnico em radiologia, na conformidade da Lei Federal 7.394, de 29 de outubro de 1985.

Art. 6º É obrigatório um intervalo de, no mínimo, 11 horas de descanso a cada 24 horas de plantão extraordinário realizado na modalidade presencial.

Parágrafo único. O limite estabelecido no caput deste artigo não se aplica:

I - ao profissional médico, que deverá observar, obrigatoriamente, o intervalo de, no mínimo, 11 horas de descanso a cada 48 horas de plantão extraordinário;

II - entre intercalações dos plantões presenciais e de sobreaviso.

Art. 7º É vedada a autorização ou realização de plantão extraordinário, cujos horários de entrada e saída de uma unidade hospitalar para outra sejam coincidentes.

Art. 8º Incumbe ao Secretário de Estado da Saúde baixar os atos subsequentes necessários ao funcionamento do disposto neste Decreto.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de março de 2017; 195º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Marcos Esner Musafir Télió Leão Ayres
Secretário de Estado da Saúde Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 267 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

ROBINSON NICOLAU RIKER DEMÉTRIO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Planejamento - DAI-1, da Agência Tocantinense de Saneamento - ATS, a partir de 5 de fevereiro de 2017.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 9 dias do mês de março de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Télió Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 276 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0012397-11.2016.827.0000, resolve

NOMEAR

ALDENI FERREIRA DOS SANTOS, inscrição 0440372644, 2º classificado, para exercer a função do cargo de provimento efetivo de Motorista - Categoria B, do Quadro-Geral do Poder Executivo, com lotação no Município de Talismã.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de março de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Télió Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 322 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

DESIGNAR

TATIANE MARIA PADILHA TARGINO, matrícula 1247050-1, para exercer a Função Comissionada do Magistério - FCM-3, atribuindo-lhe a Direção de Unidade Escolar, da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 16 dias do mês de março de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Télió Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil



MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

TÉLIO LEÃO AYRES
Secretário-Chefe da Casa Civil

GERISVALDO DA COSTA MACEDO
Diretor do Diário Oficial do Estado



Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXIX - ESTADO DO TOCANTINS, SEXTA-FEIRA, 07 DE JULHO DE 2017

Nº 4.905



ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 5.592, DE 1º DE MARÇO DE 2017.

Abre a diversos órgãos crédito adicional suplementar, no valor que especifica, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 5º, inciso I, alínea “a”, da Lei 3.177, de 28 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º É aberto a diversos órgãos crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.549.711,00, consignado no vigente orçamento, na conformidade do Anexo I a este Decreto.

Parágrafo único. Os recursos necessários à suplementação de crédito de que trata este artigo correm à conta da anulação das dotações indicadas no Anexo II a este Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2017.

Palácio Araguaia, em Palmas, no 1º dia do mês de março de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

David Siffert Torres
Secretário de Estado do
Planejamento e Orçamento

Télio Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil

SUMÁRIO

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	1
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO	4
CASA CIVIL	5
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	5
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	6
SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA	8
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, TURISMO E CULTURA	8
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	13
SECRETARIA DA FAZENDA	16
SECRETARIA DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	17
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	17
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	17
SECRETARIA DA SAÚDE	18
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	24
SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	30
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A	31
AGETO	31
DETRAN	32
NATURATINS	35
RURALTINS	40
ITERTINS	41
UNITINS	41
DEFENSORIA PÚBLICA	42
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	44
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	49

ANEXO I

ANEXO AO DECRETO Nº 5.592 DE 01 DE MARÇO DE 2017
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR I
pág. 1

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPEZA	FONTE	VALOR
09	GOVERNADORIA			1.050.000,00
010	SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA			1.050.000,00
09010.04.122.1100.2269	Manutenção de serviços de transporte	3.3.90.92	0100	1.050.000,00
13	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO			2.097.724,00
010	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO			2.097.724,00
13010.20.607.1149.1022	Construção de infraestrutura hídrica para irrigação e usos múltiplos	4.4.90.92	0100	2.097.724,00
19	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECON.,CIENC.,TECN.,TURISMO E CULTURA			316.090,00
010	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, TURISMO E CULTURA			316.090,00
19010.04.122.1100.2268	Manutenção de serviços de transporte	3.3.90.39	0100	49.000,00
19010.04.126.1100.2243	Manutenção de serviços de informática	3.3.90.39	0100	25.000,00
19010.23.122.1100.2201	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.39	0100	242.090,00
38	SEC. DA INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E SERV. PÚBLICOS - ENTIDADES VINCULADAS			1.085.897,00
960	AGÊNCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETO			1.085.897,00
38960.26.782.1152.4163	Recuperação e manutenção da malha viária não pavimentada	4.4.90.92	0100	1.085.897,00
	TOTAL			4.549.711,00

ANEXO II

ANEXO AO DECRETO Nº 5.592 DE 01 DE MARÇO DE 2017
PROGRAMA DE TRABALHO (ANULAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR I
pág. 1

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPEZA	FONTE	VALOR
47	RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEPLAN			4.549.711,00
010	RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEPLAN			4.549.711,00
47010.99.999.1146.9003	Reserva de contingência	9.9.99.99	0100	4.549.711,00
	TOTAL			4.549.711,00

DECRETO Nº 5.641, DE 23 DE MAIO DE 2017.

Altera o Decreto 5.602, de 13 de março de 2017, que regulamentava a Lei Estadual 1.448, de 3 de abril 2004.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto 5.602, de 13 de março de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“

Art. 4º

§2º A incapacidade de que trata o §1º deste artigo tem validade por meio de parecer assinado pelo médico responsável pela equipe e pelo Diretor da unidade hospitalar, com a outorga do Secretário de Estado da Saúde.

Art. 5º

II -

b)

7. Técnico em radiologia, na conformidade do art. 30 do Decreto Federal 92.790, de 17 de junho de 1986.

Art. 6º

§1º O limite estabelecido no *caput* deste artigo não se aplica: